



# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

Aline Ferreira Antunes  
(Organizadora)



# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4

Aline Ferreira Antunes  
(Organizadora)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia



Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em  
história 4

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Aline Ferreira Antunes

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 4 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-906-6

DOI 10.22533/at.ed.066211903

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

O livro *Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História 2* está dividido em três volumes. Todos os capítulos tratam de temas relacionados à história do Brasil e ou geral.

Organizado em grandes temáticas, as obras trazem discussões sobre história, gênero e sexualidade; ensino de história em todos os níveis (educação infantil, educação básica e ensino superior); pesquisas historiográficas; capítulos sobre lutas pela terra no Brasil; estudos sobre gastronomia (brasileira e árabe); cinema; economia; imprensa; raça; memória; narrativas pessoais e estudos de personalidades; tecnologia; história e ciência, dentre outras temáticas.

Em suma a obra é uma grande possibilidade de descobrir o que se tem de novo e de velho na História, ou seja, os mais diversos trabalhos e temas pesquisados na historiografia.

No volume I encontramos artigos sobre o século XIX e XX no Brasil a respeito do nacionalismo, a construção da sociedade imperial e pensar a identidade nacional a partir de processos migratórios.

Além disto, capítulos dedicados a estudos com fontes de atas de conselhos em Sergipe, problematizações sobre o tráfico africano, fontes cinematográficas, testamentos e até mesmo fontes utilizadas para compreender o reinado de Ramessés III no Egito.

Por fim o primeiro volume se encerra com dois artigos sobre a Idade Medieval, um tratando de Beowulf e outro da Cocanha.

Já no volume II as temáticas mais amplas abarcam pesquisas sobre ensino de história, alguns trabalhos sobre história geral e também gastronomia. Iniciando com trabalhos sobre o PIBID e práticas avaliativas, o segundo volume traz capítulos que versam sobre a construção do processo ensino aprendizagem em História, refletindo sobre os desafios e algumas perspectivas. Além disto, um capítulo sobre a BNCC, atual e articulado às discussões presentes partindo da realidade posta na rede pública.

Em um segundo momento, o volume II traz amplas contribuições a respeito do ensino sobre a África em sala de aula bem como questões étnico-raciais e narrativas em disputa.

Seguindo o modelo do primeiro volume, este se encerra trazendo capítulos que versam sobre as mais diversas fontes de pesquisa em História, como arquivos públicos, periódicos, imprensa, literatura,

O livro termina com algumas reflexões a respeito da história da ciência e pesquisas sobre gastronomia.

O volume III dedica-se a reflexões sobre gênero em sala de aula, representações do feminino, o retrato da mulher na sociedade colonial brasileira, a insubmissão feminina e discursos contra hegemônicos e a sexualidade indígena. Este último capítulo faz a ponte com o tema seguinte: disputas sobre a terra no Brasil e na América do Sul.

Em seguida você encontra capítulos sobre religiosidade, sobre a arte de curar, história e memória e história oral. O livro encerra com artigos sobre a Ditadura civil militar no Brasil (1964-1985) e uma discussão sobre a esquerda brasileira.

Em suma, você tem em mãos três obras organizadas sobre os mais diversos campos, aspectos e áreas da historiografia brasileira e mundial. Aqui você encontrará capítulos que poderão contribuir para enlanguescer as pesquisas em História e também a partilha de experiências docentes nos mais diversos níveis de educação.

Espero que encontre nas leituras dos capítulos embasamento teórico metodológicos, amparo nas pesquisas e que esses capítulos contribuam para enriquecer o campo de ensino e pesquisa em História.

Agora que a profissão historiadora/historiador é regulamentada, precisamos investir ainda mais em pesquisas e divulgação destas pesquisas. Neste sentido a Atena Editora se compromete a dar visibilidade aos mais diversos temas que compõem esta obra dividida em três volumes.

Boa leitura!  
Aline Ferreira Antunes

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
<b>#EXPOSED: COMO A DISCUSSÃO DE GÊNERO EM SALA DE AULA PODE AJUDAR A COMBATER O ASSÉDIO SEXUAL NAS ESCOLAS</b>	
Ortiz Coelho da Silva	
Janaína Guimarães da Fonseca e Silva	
Francisca Mariana Melo Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0662119031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>17</b>
<b>A COMISSÃO ESTADUAL DA LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA) E A ASSISTÊNCIA À SAÚDE INFANTIL NO PIAUÍ (1942-1945)</b>	
Francilene Teles da Silva Sousa	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0662119032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL E FEMINISMO: UM ESTUDO DE CASO</b>	
Paola Camila Branco Lucena	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0662119033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
<b>AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM RETRATOS FOTOGRÁFICOS DO ESTÚDIO REUTLINGER NOS TEMPOS DA BELLE ÉPOQUE (1900-1915)</b>	
Marco Antonio Stancik	
Ana Regina Praxedes Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0662119034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
<b>A MULHER NA SOCIEDADE COLONIAL BRASILEIRA: UM ENFOQUE EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII</b>	
Alex Augusto de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0662119035</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
<b>A SEXUALIDADE INDÍGENA NAS PERGUNTAS DE UM CONFESSIONÁRIO TUPI NO PARÁ DO SÉCULO XVIII</b>	
Jaqueline Ferreira da Mota	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0662119036</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>79</b>
<b>MULHERES SEM TERRA INSUBMISSAS: REFLEXÕES SOBRE OS FEMINISMOS CONTRA HEGEMÔNICOS EM CONTEXTOS RURAIS EM UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL</b>	
Flávia Pereira Machado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0662119037</b>	

<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>94</b>
TERRA OU MORTE: AS DENÚNCIAS DAS FEDERAÇÕES CAMPONESAS E YANACONAS CONTRA AS FAZENDAS E O GOVERNO PERUANO, EXPOSTAS NO JORNAL UNIDAD (1960-1963)	
Marcos Marcial Matos Malpartida	
DOI 10.22533/at.ed.0662119038	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>107</b>
A CABEÇA BRANCA DA HIDRA E SEUS PÂNTANOS: SUBSÍDIOS PARA UMA GEOGRAFIA DA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE, E PARA NOVAS PESQUISAS SOBRE COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, E CAMPONESAS	
István van Deursen Varga	
Raimundo Luís Silva Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.0662119039	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>120</b>
A DIOCESE DE ITAGUAÍ, A LUTA PELA TERRA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LITORAL SUL FLUMINENSE ENTRE 1970 E 1990	
Maria do Carmo Gregório	
DOI 10.22533/at.ed.06621190310	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>132</b>
ENTRE A RELIGIOSIDADE E A INSURGÊNCIA: AS SANTIDADES INDÍGENAS NO BRASIL COLONIAL	
Juliana Mary Lourenço	
DOI 10.22533/at.ed.06621190311	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>144</b>
MUDANÇAS NO CENÁRIO RELIGIOSO BRASILEIRO: A ASCENSÃO DO PENTECOSTALISMO, A REVERBERAÇÃO DA CRISE DO CATOLICISMO E A BUSCA MISSIONÁRIA CATÓLICA POR NOVOS FIÉIS (1950-2000)	
Derllânio Telecio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.06621190312	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>154</b>
A ARTE DE CURAR (PRÁTICAS DE CURA) E SUA “CRIMINALIZAÇÃO” EM IRATI E MALLETT- PR - PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
Henrique Alexandro Senderski	
DOI 10.22533/at.ed.06621190313	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>163</b>
“O QUE EU ME LEMBRO, EM PRIMEIRO LUGAR, EU NÃO SEI O PORQUÊ... OS AFOXÉS!”	
Alberto Bomfim da Silva	
Edson Farias	
DOI 10.22533/at.ed.06621190314	



<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>177</b>
PROJETO DE EDIÇÃO DE LIVRO: MORRO DO PARAMIRIM, A VILA DE BREJEIROS E BARRANQUEIROS	
Maria de Fátima Magalhães Mariani	
Leandro Magalhães Mariani	
DOI 10.22533/at.ed.06621190315	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>189</b>
MEMÓRIAS DA FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO (1808-1840)	
Helber Renato Feydit de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.06621190316	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>204</b>
NAS TRILHAS DA MEMÓRIA: LEMBRANÇAS ATUAIS DO REPERTÓRIO REPENTISTA DE ZÉ DA PRATA	
Josi de Sousa Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.06621190317	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>219</b>
VISÕES DE UMA PEREGRINA: OS CAMINHOS ENTRE SAGRADO E PROFANO NA PEREGRINAÇÃO À CIDADE DE DIVINA PASTORA	
Alice Batista Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.06621190318	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>231</b>
ENTRE A LEI E A TRIBUNA: O INÍCIO DA VIDA PÚBLICA DE JOAQUIM NUNES MACHADO (1834-1837)	
Manoel Nunes Cavalcanti Junior	
DOI 10.22533/at.ed.06621190319	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>243</b>
LUIZ AUGUSTO MAY NA CAPITANIA DO GRÃO PARÁ E RIO NEGRO: ESTRATÉGIAS PARA A DEFESA DO DA REGIÃO (1813)	
Myriam Paula Barbosa Pires	
DOI 10.22533/at.ed.06621190320	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>255</b>
KARL POPPER E A CIÊNCIA HISTÓRICA	
Rafael Cavalheri Peres	
Diego Rodstein Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.06621190321	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>263</b>
VELHOS DILEMAS, NOVOS PARADIGMAS: OS IMPACTOS DA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS EM PESQUISAS SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA	
Juliano Cabral Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.06621190322	

<b>CAPÍTULO 23.....</b>	<b>275</b>
O JORNAL A LUTA E O ANIVERSÁRIO DO GOLPE DE 1964	
Caio Vinícius Silva Teixeira	
Claudia Cristina da Silva Fontineles	
<b>DOI 10.22533/at.ed.06621190323</b>	
<b>CAPÍTULO 24.....</b>	<b>288</b>
ESQUERDA POSITIVA OU ESQUERDA NEGATIVA? LEONEL BRIZOLA E SAN TIAGO DANTAS DURANTE O GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)	
Marcelo Marcon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.06621190324</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>298</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>299</b>

# CAPÍTULO 10

## A DIOCESE DE ITAGUAÍ, A LUTA PELA TERRA E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LITORAL SUL FLUMINENSE ENTRE 1970 E 1990

*Data de aceite:* 01/03/2021

*Data de submissão:* 17/12/2020

### **Maria do Carmo Gregório**

Doutorado na Universidade Federal  
Fluminense - UFF

Professora da Rede Estadual de Educação do  
Estado do Rio de Janeiro e da Rede Municipal  
de Educação da Prefeitura de Belford Roxo-RJ.

Duque de Caxias - RJ

<http://lattes.cnpq.br/7116361207903242>

**RESUMO:** No Litoral Sul Fluminense, em 1980, foi instalada a Diocese de Itaguaí-RJ, composta pelos municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba e Paraty. A região sofreu uma transformação significativa, em especial, durante a década de 1970, associada a um processo de urbanização acelerado que desconsiderou as necessidades rurais de sobrevivência de seus antigos moradores. Dois elementos tiveram centralidade nessa experiência vivida: a luta pela terra, que marcou a região e a relação política estabelecida com todo o processo mediada pela fé. Assim, como parte dos estudos realizados pela pesquisa “A luta pela terra e a diocese de Itaguaí no Litoral Sul Fluminense, 2018, neste artigo, há uma abordagem sobre a importância da Campanha da Fraternidade e a Campanha Missionária, ambas realizadas em 1988, para tal região e situação. O ano de 1988 foi emblemático na organização de uma narrativa política para a construção de uma identidade racial. Externamente, o ano registrou

celebrações e os protestos referentes aos 100 anos da abolição da escravidão no Brasil; e ocorreu a inserção dos direitos quilombolas na Constituição promulgada. Internamente, a Igreja Católica lançou a Campanha da Fraternidade com o tema: “A Fraternidade e o Negro”, como lema: “Ouvi o clamor deste povo”. A Campanha permitiu o diálogo mais amplo com a sociedade e tornou público um debate que já acontecia internamente. Foi o período em que os quilombos, dentro da construção religiosa, ligada à Teologia da Libertação, foram consagrados, como marco histórico, na construção da resistência negra à escravidão e como símbolo da luta por libertação. Trabalhamos em nossa tese com as mediações entre a religião e a política. O objetivo nesse artigo foi destacar a importância da realização da CF/88 para inserção de uma reflexão racial na luta pela terra na região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Igreja Católica, Comissão Pastoral da Terra, Agentes de Pastoral Negros, Campanhas.

### THE DIOCESE OF ITAGUAÍ AND TRADITIONAL COMMUNITIES ON THE SOUTH FLUMINENSE COAST BETWEEN 1970 1990

**ABSTRACT:** In 1980, the Itaguaí diocese was installed in the Southern Fluminense Coast, composed of the municipalities of Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba and Paraty. The region underwent a significant transformation, especially during the 1970s, associated with an accelerated urbanization process that disregarded the rural survival needs of its former residents. Two elements were central to this lived experience:

the struggle for land that marked the region and the political relationship established with this whole process mediated by faith. In this article I will explore the importance that the Fraternity Campaign and the Missionary Campaign, both carried out in 1988, had within this process in the region. The year 1988 was emblematic in the organization of a political narrative for the construction of a racial identity. Externally the year registered celebrations and protests regarding the 100th year of abolition of slavery in Brazil; quilombola rights were included in the enacted Constitution; internally the Catholic Church launched a Fraternity Campaign with the theme: Fraternity and the Negro and as a motto: I heard the cry of this people. The Campaign allowed dialogue with the wider society and made public a debate that was already happening internally. It was the period when quilombos within religious construction, linked to Liberation Theology, were consecrated, as a historical landmark, in the construction of black resistance to slavery and as a symbol of the struggle for liberation. We work on our thesis with the mediations between religion and politics. The purpose of this article is to highlight the importance of carrying out the Fraternity Campaign of 1988 to insert a racial reflection in the struggle for land in the region.

**KEYWORDS:** Catholic church, Pastoral Land Commission, Black Pastoral Agents, Campaigns.

## 1 | INTRODUÇÃO

Evidenciamos, no estudo derivado do curso de doutoramento, (GREGÓRIO, 2018), que a criação da Diocese de Itaguaí/RJ foi solicitada pela necessidade de mediações políticas regionais na luta pela terra. Essa diocese foi uma resposta da instituição eclesíastica à tentativa de retirada da população pobre e periférica de suas terras.

A diocese de Itaguaí foi fundada em 22 de junho de 1980. Na época de sua fundação, ela foi composta pelos municípios de Paraty, Angra dos Reis, Mangaratiba e Itaguaí. Após a emancipação de Seropédica, passou a ser formada por cinco municípios. Essa diocese foi instituída através da solicitação de D. Waldir Calheiros, bispo da diocese de Volta Redonda/RJ e de D. Adriano Hipólito, bispo da diocese de Nova Iguaçu/RJ, que cederam parte dos territórios das dioceses que orientavam, para a delimitação de uma nova diocese. A diocese de Itaguaí foi formada por desmembramentos das dioceses de Nova Iguaçu (Itaguaí e Mangaratiba) e de Volta Redonda (Angra dos Reis e Paraty). O seu primeiro bispo foi Dom Vital Wilderink.

O Litoral Sul Fluminense aparece delimitado na documentação da Pastoral da Terra, durante o Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), através do Decreto nº 70.986, de 16 de agosto de 1972. As áreas integradas pelos municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty no Estado do Rio de Janeiro foram “declaradas prioritárias para fins da reforma Agrária”, ficando sobre a jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que fixou um prazo de cinco anos de intervenção governamental na área, o qual poderia ser prorrogado. Por esse decreto, as florestas e outras formas de vegetação existentes seriam regidas pelo Código Florestal em conformidade com O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento

Florestal-IBDF. O INCRA teria o prazo de 180 dias para apresentar um Plano Regional de Reforma Agrária e a situação nas áreas definidas pelo decreto seria aprovado pela Instrução Especial do Ministro da Agricultura. Os imóveis rurais, pertencentes à União, que estivessem situados nas áreas estabelecidas pelo decreto, sem destinação específica, seriam transferidos ao INCRA através do Serviço de Patrimônio da União. Esse decreto foi revogado, através da resolução nº 413 de 13 de fevereiro de 1973, e a mesma área foi considerada “zona prioritária de interesse turístico”, com base no decreto 71.791, de 31 de janeiro de 1973 (ARQUIVO DA PASTORAL DA TERRA DA DIOCESE DE ITAGUAÍ, 1987).

Após esses decretos governamentais, desenvolveu-se na região uma forte especulação imobiliária nos anos de 1970, apoiada em uma rede burocrática, cartorária e judicial que resultou na busca por parte de grandes empresas nacionais e multinacionais pela região, assim como de grileiros que, portadores de escrituras na maioria das vezes forjadas, buscavam expulsar a população rural para as áreas periféricas. Esse processo gerou conflitos pela posse da terra entre os antigos moradores e os que chegavam à região, atraídos pelo processo de modernização e urbanização, além dos interesses do capital fundiário e empreendimentos turísticos. Os conflitos de terra naquele território são anteriores, datados do início do século XX, porém, na década de 1970, teriam ocorrido com um maior grau de violência (ARQUIVO DA PASTORAL DA TERRA DA DIOCESE DE ITAGUAÍ, 1987).

O relatório organizado pela comissão da verdade do Rio de Janeiro aponta uma região composta por comunidades descendentes de escravizados das antigas fazendas de café, caçaras e índios guaranis que registrou, segundo o levantamento realizado durante a pesquisa, 56 dos 133 conflitos registrados no Estado do Rio de Janeiro, durante os anos de 1970 e 1980. Segundo o relatório, a peculiaridade dos conflitos estudados, estava no fato de, apesar da violência empregada contra as populações camponesas, não foram encontradas denúncias ou tentativas de subversão da ordem nos registros dos documentos da polícia política; as denúncias existentes se concentrariam no clero local (MEDEIROS, 2015).

As áreas, que compõem os municípios de Angra dos Reis e Paraty, foram ocupadas por núcleos de povoamento desde o período colonial brasileiro, centros produtores de cana-de açúcar, no século XVIII e no período de exploração o ouro das Minas Gerais. No século XIX, a região se destacou através da produção do café. O porto de Angra dos Reis destacou-se, não só pelo transporte de café, mas também pela entrada clandestina de africanos para o tráfico ilegal de escravizados no Brasil. Por volta de 1870, ocorreu a desestruturação desse núcleo agrícola na região. Alguns acontecimentos contribuíram para o abandono da região: o declínio da produção de café; a extinção do tráfico de escravizados e a construção da Estrada de Ferro Pedro II (PACHECO, 2017).

Na década de 1930, finalmente, a ferrovia chegou à região e com ela a reconstrução do porto de Angra dos Reis. Na década de 1950, com a implantação de grandes indústrias,

durante o Governo de Juscelino Kubitschek, ocorreu um intenso processo de modernização no país. Se a decadência e o abandono sofrido pelo Litoral Sul Fluminense podem ser associados à modernização que as ferrovias significariam um século antes, o novo processo de transformação está intimamente ligado à modernização autoritária (SILVA, 1990), do contexto político e econômico do regime civil militar, que teve como característica grandes projetos de investimento em infraestrutura, construção e pavimentação de estradas e rodovias (GRYNSZPAN, 2003) que favorecessem o processo de industrialização na região.

Na análise da memória coletiva, presente nas narrativas orais, com o apoio do arquivo memória da Comissão Pastoral da Terra-CPT, utilizamos as noções de agência, processo, sujeitos sociais e experiência (THOMPSON, 2001). A noção de *agência* permitiu situar a posição assumida pela Igreja Católica como mediadora (CONTROT, 1996) de conflitos, por solicitação de seus sujeitos sociais, através de suas pastorais sociais; de *processo*, demarcando diferentes etapas, ações, reflexões feitas por seus sujeitos sociais. Os agentes de pastoral, principais sujeitos sociais, atuaram de forma individual e coletiva como mediadores no diálogo, na formulação teórica e na ação empírica, das soluções apresentadas através de reflexões internas da Igreja para a região; e de *experiência*, como trabalhadores rurais na luta pela terra.

Realizamos entrevista com o Sr. Manoel Moraes, um morador da Fazenda Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis/RJ, e com o Sr. Valentin Conceição, morador do Campinho da Independência. Ambos acompanharam e atuaram como agentes de pastoral no processo de luta pela terra. Os territórios citados se enquadram na concepção de novos quilombos (GOMES, 2003), caracterizados pela posse coletiva da terra e pelas demandas por garantia de direitos (MATTOS, 2006), na década de 1980. As entrevistas foram analisadas com o apoio do arquivo memória da CPT.

Identificamos a centralidade de dois elementos sistematizados: a luta pela terra que marcou a região e a relação política estabelecida com todo o processo mediado pela fé. Nesse artigo, através da apreciação do registro da *Romaria da Terra Escrava*, no Rio de Janeiro, e da realização da *Campanha Missionária*, na diocese de Itaguaí no ano de 1988, destacamos a importância da realização da Campanha Fraternidade para a inserção de uma reflexão diacrônica e diaspórica na luta pela terra, na região, através do diálogo entre os agentes de pastoral que atuavam na Comissão Pastoral da Terra e nos Agentes de Pastoral Negro.

## **2 | A LUTA PELA TERRA E A MEDIAÇÃO ASSUMIDA PELA IGREJA CATÓLICA**

A atuação da diocese, através das suas pastorais sociais, em especial, da CPT, é destacada como uma referência na organização dos trabalhadores rurais, o que garantiu a permanência de posseiros, pescadores, remanescentes quilombolas e indígenas em seus territórios na região. O Sr. Manoel Moraes, no Quilombo de Santa Rita do Bracuí, em seus



relatos de memória, afirma a participação na fundação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, criada na linha missionária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para atuar junto às questões agrárias.

Outra referência em relação a sua formação como agente de pastoral foram os Círculos Bíblicos, criados pelo Frei Carlos Mesters, em 1976. Dentro da Igreja, o Sr. Manoel Moraes atuou como Agente de Pastoral, junto a CPT e aos Círculos Bíblicos. A partir dessa atuação interna iniciou-se um processo externo, atuando na fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na fundação do Partido dos Trabalhadores, em Angra do Reis, na década de 1980.

Os processos e os conflitos vividos pelos moradores do território da antiga Fazenda Santa Rita do Bracuí, localizada em Angra do Reis-RJ, estão registrados no relatório “Remanescente quilombola da Santa Rita do Bracuí”. O relatório (COUTO et. All, 2009) fundamenta-se na memória da ancestralidade africana e negra construída a partir de uma opressão histórica na experiência da escravidão, no tráfico atlântico ilegal de escravizados (PESSOA, 2013) e na expropriação que a documentação escrita apresenta de suas terras delegadas a seus ancestrais, a partir do testamento deixado pelo antigo proprietário José Joaquim de Souza Breves. Esse relatório foi escrito no contexto de uma identidade cultural consolidada e por meio de uma narrativa de reparação pelo processo de escravidão sofrido por seus antepassados.

Esse drama, que inaugura a narrativa sobre a trajetória do quilombo do Bracuí, se inicia ainda no século XIX e foi agravado pela especulação imobiliária decorrente do processo de industrialização e turistificação que atingiu, no mesmo período, os municípios de Paraty-RJ e Angra dos Reis-RJ na segunda metade do século XX. A história do quilombo registrada no relatório foi inserida na valorização da memória, da tradição oral e do patrimônio material e imaterial, presentes no território da comunidade, que foi possível, a partir do decreto presidencial de 2003, com a implementação de políticas de preservação do patrimônio imaterial do país e de reparação em relação ao tráfico negreiro ilegal no século XIX, em especial, através da presença do jongo como patrimônio imaterial na memória coletiva do grupo.

Foi através das Comunidades Eclesiais de Base que ocorreram as primeiras organizações relatadas pelo Sr. Valentim da Conceição, morador da área do Campinho da Independência, território de ocupação tradicional, que abrigou a Fazenda Independência no século XIX, notória por ter empregado a mão de obra escravizada em grande escala. Ele atuou nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs como catequista e ministro da eucaristia, posteriormente, atuou no Sindicato e na fundação do Partido dos Trabalhadores em Paraty. Na década de 1970, as CEBs foram espaços para proteger e propagar a fé cristã católica. Aos poucos, tornaram-se espaços, onde foi possível, em especial, a partir da década de 1980, a afirmação de identidades religiosas, políticas e culturais, dentre elas, a identidade negra e a sua valorização cultural em sintonia com a Constituição Federal

de 1988 (art. 68 ADCT). Tal etapa foi apontada por Sr. Valentim no Quilombo de Paraty como fundamental na conquista da titulação da terra em 1999 e a valorização de culturas ancestrais, dentre elas, o jongo.

Campinho da Independência fica localizado a 15 km, sul do município de Paraty-RJ, na rodovia BR 101, Rio Santos. Neuza Maria Mendes de Gusmão (1979) estudou, em sua dissertação de mestrado, a vida social e econômica dos moradores do bairro rural do Campinho da Independência, aprofundando dois aspectos fundamentais na vida dessa população que ela conceitua como “caçara”: as suas terras e a força de trabalho, elementos que foram profundamente afetados pelo processo de modernização, implementado pelo Estado, através de mudanças estruturais aplicadas na região. O “caçara” é definido como posseiro, o brasileiro rural que se apropriou da terra através da ocupação pura e simples. Ocupa extensões reduzidas de terras trabalhadas em colaboração familiar, com técnicas rudimentares, tradicionais e poucos recursos para aplicar na produção e a produtividade é caracterizada como insuficiente e destinada ao consumo familiar. O termo caçara seria esse homem litorâneo identificado como pescador. No caso estudado, são litorâneos, porém, um núcleo populacional ligado à lavoura de alimentos. Na tese de doutorado, a autora mantém o mesmo campo de pesquisa e amplia a análise, inserindo uma reflexão racial e oferecendo destaque para a importância e o papel da Igreja dentro desse processo, apresentando também os conflitos que causaram a inserção de um organismo da Igreja Católica no interior da comunidade, buscando normatizar as práticas religiosas e culturais (GUSMÃO, 1990).

Nos municípios de Paraty-RJ e Angra dos Reis-RJ ocorreu, entre 1970 e 1980, um intenso conflito de terras. Esses dois municípios pertenciam à diocese de Volta Redonda-RJ e estavam sob o bispado de D. Waldir Calheiros. Estou utilizando a classificação por áreas de ocupação tradicional: terras de remanescentes quilombolas, ocupadas por descendentes dos povos escravizados e áreas de terras demarcadas, reservas ocupadas pelos povos originários. A organização na luta pela terra teve início primeiro junto com a configuração das Comunidades Eclesial de Base e, a seguir, deu origem à criação da Comissão Pastoral da Terra (1976) na região. Foi dentro dos territórios tradicionais que a Pastoral da Terra surgiu no Litoral Sul Fluminense, embrionariamente, associada à “terra de pretos”, territórios doados ou adquiridos a partir da desagregação das grandes propriedades conquistadas, no caso em questão, os quilombos (GOMES, 2002).

Com a criação da CPT, o espaço do cotidiano, com as suas marcas culturais e cortado pelos conflitos de terra recebeu uma ressignificação religiosa através das reflexões oferecidas pela teologia latino-americana, a Teologia da Libertação. Nesses espaços, a CPT marcou presença com a teologia da terra. A sua reflexão parte da prática e do trabalho realizado pela Pastoral da Terra junto aos homens e mulheres do campo, buscando aprofundar a fé e descobrir a missão da Igreja de Jesus Cristo no contexto próprio da luta pela terra, ou seja, “[...] aprofundar o caráter pastoral eclesial do trabalho da CPT”

(CPT, 1983). Três temáticas foram priorizadas na construção teológica elaborada junto aos trabalhos da CPT: reinterpretação das escrituras consideradas sagradas (bíblia); a articulação entre fé e vida dentro de um contexto classificado como de luta de classe marcado pela violência que à população do campo estava submetida; e entender a missão de Jesus Cristo como missão pastoral.

A pesquisa, para formulação teológica, teria seguido dois passos: o primeiro foi o de compreender a situação social e política da terra e dos lavradores, que resultou no documento: Igreja e os problemas da terra da CNBB; o segundo passo foi o de alimentar a fé no meio da luta dos lavradores, organizados em comunidades eclesiais de base e ligados à Pastoral da Terra. Essa reflexão teológica conjugaria a fé em Deus com a luta por libertação. A teologia da terra seguiria três passos: o primeiro partiria do lugar onde essa igreja se situa, no caso em estudo, no meio da luta do povo para explicar a fé; o segundo passo, a pedagogia adotada partiria ainda da opção preferencial pelos pobres, a forma de estar no meio dos lavradores, alimentando e animando a sua luta; e o terceiro passo estaria no serviço de mediar a bíblia, a tradição e a doutrina social da Igreja para os homens e mulheres do campo. Um parceiro nessa empreitada foi o CEBI (Centro de Estudos Bíblicos para a Pastoral Popular), que procurou ler a bíblia a partir da vida dos lavradores. As *romarias da terra* foram manifestações públicas das reflexões teológicas realizadas junto aos trabalhadores rurais. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1983).

Foram as diretrizes da Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), que possibilitou a configuração de um modelo de Igreja comprometido com a justiça social, como no estudo de caso, na diocese de Itaguaí. Esse modelo se concretizou nas Conferências Episcopais Latino- Americanas, especificamente, em Medellín, na Colômbia, em 1968, e Puebla, no México, em 1979 (MAINWARING, 2004).

O encontro dos Bispos, em Medellín, que ocorreu, em 1968, foi um passo importante na direção da consolidação de uma Igreja Popular e da Teologia da Libertação. Foi organizado pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) e reforçou as decisões do Concílio Vaticano II. Constatou uma realidade de injustiças sociais, de uma pobreza extrema, da gritante concentração de riqueza das elites, da discriminação social aos pobres e da violenta repressão dos movimentos sociais, o que exigiu um posicionamento da Igreja no continente, reforçando o compromisso com a ampliação das Comunidades Eclesiais de Base e com uma produção do sagrado que se identificava com a população marginalizada através da Teologia da Libertação. Isso colocou um amplo setor da igreja no lado oposto ao sistema social, político e econômico vigente do período. Foi, através da opção preferencial pelos pobres, realizada nessa Conferência Latino-Americana, da defesa do protagonismo das classes marginalizadas e do compromisso com a democracia, que os bispos passaram a incentivar seus fiéis à participação, mais efetiva, na vida pública (MAINWARING, 2004).

Na Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino Americano, Puebla (1979), um olhar diagnóstico sobre a pobreza guiou as reflexões. Os documentos denunciaram

a humilhante situação de pobreza do Continente e as suas consequências, vinculando a situação às estruturas econômicas, sociais e políticas. A imagem de Cristo é associada aos que sofrem miséria e fome: indígenas, afro-americanos, camponeses, operários, subempregados, marginalizados e crianças em situação de extrema pobreza, abandonadas, jovens desorientados e idosos colocados à margem da sociedade. Entre as prioridades, listadas pela Conferência, estava a “opção preferência pelos pobres”, com o intuito de alcançar a sua integral libertação (MAINWARING, 2004).

Essa Conferência é apontada como um marco na relação estabelecida entre a Igreja Católica e o negro no Brasil. A opção preferencial pelos pobres, feita pela Igreja na América Latina em Puebla, possibilitou a reorganização de segmentos marginalizados dentro da Igreja, dentre eles, os negros. Os agentes de Pastoral Negros estão inseridos de forma institucional dentro da organização da Igreja Católica, atuando junto às Comunidades Eclesiais de Base. A luta desse grupo tem como parâmetros orientadores o pertencimento aos quadros eclesiais com sua tradição bíblica e uma ação visando à transformação social. Assumindo a negritude, formam grupos para partilhar as experiências, visando estudar e conhecer as origens negras e produzir materiais sobre a realidade dos negros, com o objetivo de tornar visível a situação dos negros, o combate ao racismo e fundamentar a luta por direitos e pela justiça social (ROCHA, 1998).

Uma reflexão teológica fundamentada da experiência da diáspora africana, marcada pela experiência da escravidão, tem como marco no Brasil, de forma institucionalizada, a formação de um grupo que prestou assessoria para a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) que deveria apresentar na III Conferência Episcopal Latino Americana realizada em Puebla, em 1979. Esse grupo traçou um quadro da situação da população afro-brasileira, sendo formado por estudiosos da questão racial, sociólogos, antropólogos, teólogos e agentes de pastoral que se reuniram em São Paulo, em 05 de dezembro de 1978, no Instituto Paulo VI. Desse encontro participaram representantes do catolicismo e das religiões afro-brasileiras e nasceu um dos projetos vinculados à Linha II da CNBB, caracterizada pela ação e animação missionária. Como desdobramento desse encontro, Silva apresenta a criação do GRUCON (Grupo de União e Consciência Negra) e os Agentes de Pastoral Negros (SILVA, 2014).

Em 1985, quando os setores populares da Igreja católica estavam preocupados com as questões que envolviam o processo de redemocratização do país e a elaboração de uma nova constituição, a questão agrária entra na pauta dos Agentes de Pastoral Negros. Em 1986, devido à constatação de uma realidade de fragilidade dos trabalhadores rurais, em especial, dos negros, caracterizada por vários conflitos de terra agravados por uma situação de prática da grilagem de terras que interligava o fazendeiro, o cartório e a polícia, verificou-se uma necessidade urgente da união da luta entre o campo e a cidade.

Os Agentes de Pastoral Negros participaram da organização e da articulação da Campanha da Fraternidade, de 1988, com outros setores da sociedade dos movimentos

populares, utilizando o lema “Negro um clamor de justiça,” gerou grande mobilização interna. Essa campanha foi refletida nas dioceses, paróquias e comunidades eclesiais de base, em 1988, ano do centenário da abolição da escravatura. Os vários segmentos e organizações do movimento negro presentes organizaram um grande protesto, que foi endossado pela Igreja Católica, através da Campanha da Fraternidade. Foi um ano em que ocorreu um aumento vertiginoso da sensibilidade para a questão negra (ROCHA, 1998).

No Litoral Sul Fluminense, identificamos na pesquisa o registro de dois eventos que evidenciam um ato concreto sugerido pela Campanha da Fraternidade, em 1988. Um deles foi a criação dos Agentes de Pastoral da diocese de Itaguaí. O outro, a realização da Romaria da Terra através da parceria entre a Comissão Pastoral da Terra e os Agentes de Pastoral Negros.

A *Romaria da Terra Escrava do Rio de Janeiro* foi realizada em agosto de 1988, com a organização da Pastoral da Terra com a (co) participação da Pastoral do Negro. Nessa romaria a situação vivida na região foi associada ao passado comum vinculada à escravidão. Foi realizada no Mutirão Sol da Manhã<sup>1</sup>, local em que no período ocorreu um intenso conflito de terra, tornando-se notícia nos jornais. Segundo relatos, a romaria foi marcada pela ampla participação de negros identificados com os trabalhadores rurais por conta da discriminação e injustiças que sofriam.

Uma reportagem publicada na Folha, Informativo CPT/RJ, n. 13, de 05 de agosto de 1988, com o título: *Romaria da terra escrava no Rio de Janeiro*, nesse texto são destaques: a crítica à forma como ocorreu a abolição que comemorava 100 anos; a reivindicação da justiça dos trabalhadores rurais fundamentada na ancestralidade; A dificuldade do registro oficial das terras ocupadas pelos negros como fruto de doações; a associação do latifúndio a Lei de Terras; a denúncia de que o aditivo de 1886, que definia um pedaço de terras à família escrava, não foi cumprido. Toda a conjuntura foi destacada como de injustiça agravada no momento do registro da matéria pela falta de uma política agrícola voltada para o pequeno agricultor (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2018).

Nos documentos consultados da Pastoral da Terra, até o ano de 1988, tratavam o problema da terra na região em uma dimensão *sincrônica*, dentro de uma consciência de classe social. Estabeleceu-se uma rede que contava com outros movimentos sociais de trabalhadores rurais em luta pela terra, sindicatos rurais, partidos políticos, Ongs e institutos de pesquisa (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1990).

Em 1988, a Campanha da Fraternidade, com o lema: *Negro um clamor de Justiça*, insere uma reflexão *diacrônica* na luta pela terra, na região, reivindicando direitos ancestrais, associando essa luta a processos sociais desenvolvidos durante a colonização e ao período monárquico brasileiro. Processos que afastaram grande parte da população do direito à terra, dentre eles, a Lei de Terras de 1850 e a escravidão.

---

1. Atual Seropédica

Essa campanha foi construída em diálogo com o movimento negro urbano e ao processo de mobilização durante a década de 1980. O período demarca o processo de redemocratização e de elaboração de uma nova constituição. Movimento que permitiu a inserção do artigo 68, na Constituição Federal de 1988, que reconheceu direitos territoriais aos remanescentes das comunidades dos quilombos. Ocorre também uma reorganização da memória coletiva em relação ao direito a terra.

Outro registro ficou no Boletim Informativo, publicado na diocese de Itaguaí, do mês de setembro de 1988. O boletim anuncia a chegada do mês das missões que seria celebrado em outubro. O lema da Campanha Missionária realizada foi: “A África, nossos pais nos contaram”. Essa campanha reforçou o tema examinado na Campanha da Fraternidade que trouxe para o interior das CEBs e das celebrações que eram também reflexões realizadas dentro das casas dos católicos a “realidade do negro no Brasil”. Na narrativa construída no boletim, a campanha missionária ampliaria o estudo, a celebração e a reflexão, com a inclusão de análise sobre o “continente-mãe, a África”.

O tema da Campanha da Fraternidade sobre a realidade do negro no Brasil e o da Campanha das Missões, vinculando essa realidade ao continente africano, possibilitou desdobramentos e ressignificações dentro dos territórios em luta pela terra no Litoral Sul Fluminense. As reflexões feitas pelos Agentes de Pastoral Negros, tornadas públicas, através do material da Campanha da Fraternidade, de 1988, permitiu o diálogo entre as reflexões do Movimento Negro urbano e a luta pela permanência na terra dos trabalhadores rurais, no interior da Igreja Católica (BOLETIM INFORMATIVO DA DIOCESE DE ITAGUAÍ. ANO IX Nº 95, setembro, 1988). As reflexões realizadas nessas campanhas fazem circular no território da diocese, dentro das comunidades eclesiais de base, a busca por emancipação, autonomia e o desejo de plena cidadania fundamentado na noção de diáspora, onde a identidade dos negros no Ocidente está marcada pela experiência da escravidão, por intensas trocas culturais espalhadas pelo Atlântico (GILROY, 2001).

### **31 CONCLUSÃO**

Ao registrar a experiência de agentes de Pastoral da Diocese de Itaguaí-RJ, identificamos uma identidade religiosa associada à luta pela terra. Os conflitos de terra, agravados após decretos presidenciais durante o regime civil-militar, colocaram os moradores de territórios tradicionais em situação de vulnerabilidade social. As reflexões oferecidas pela Teologia Latino Americana, a Teologia da Libertação, junto às necessidades específicas dos trabalhadores rurais, favoreceram o diálogo entre os movimentos sociais e as pastorais sociais, no caso em estudo, a Comissão Pastoral da Terra e os Agentes de Pastoral Negros. Nesse diálogo, a Campanha da Fraternidade e a Campanha Missionária, ambas realizadas em 1988, tiveram um papel fundamental.



O processo de redemocratização com a configuração da Constituição de 1988 e seu artigo 68, que reconheceu os direitos territoriais aos remanescentes das comunidades de quilombos, fortaleceu a luta e reorganizou a memória coletiva em relação ao direito à terra associado à reparação por processos históricos associados à escravidão negra, indígena e à ancestralidade.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO DA PASTORAL DA TERRA DA DIOCESE DE ITAGUAÍ. **Levantamento da situação fundiária da diocese**, 1987.

\_\_\_\_\_. Relatórios encontros diocesanos. CPT Itaguaí de 1982 até 1990

BOLETIM INFORMATIVO DA DIOCESE DE ITAGUAÍ. ANO IX, Nº 95: Diocese de Itaguaí, Setembro de 1988.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Documentos temáticos**. CPT Nacional. Acervo digitalizado do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. CPT Nacional. <https://www.cptnacional.com.br/>. Acesso em 13 abril de 2018.

\_\_\_\_\_. **CPT: Pastoral e compromisso**. Goiânia: Editora Vozes, 1983.

CONTROT, Aline. Religião e política. In. RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 1996.

COUTO, P. A. B.; ALVES, M; ABREU, M; MATTOS, H. **Relatório Antropológico de caracterização Histórica, Econômica e Sociocultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí**, 2009. (Relatório de pesquisa).

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**: Modernidade e Dupla Consciência. Rio de Janeiro: Editora 34; UCAM Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, F. S. **Experiências Atlânticas**. Ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: FPF, 2003. \_\_\_\_\_, 2002.

GREGÓRIO, Maria do Carmo. **A luta pela terra e a diocese de Itaguaí no Litoral Sul Fluminense entre as décadas de 1970 e 1990**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2018.

GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós 1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org). **O tempo da ditadura**: Regime Militar e movimentos sociais em fins do Século XX. 2003

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. **Campinho da Independência**: um caso de proletarização caçara. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Dimensão Política da Cultura Negra no Campo**: uma luta, muitas lutas. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (Antropologia) da USP-SP, 1990.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MATTOS, H. ou CASTRO, H. M. M. **Remanescentes das comunidades dos quilombos** memórias do cativo e políticas de reparação no Brasil. Revista USP, São Paulo, n.68, p. 104-111, 2006.

\_\_\_\_\_. História Social. In. CARDOSO. Ciro Flamarion e VINFAS, Ronaldo (Org.). **Os domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus 1997.

MEDEIROS, L. S.; **FEITOSA, A. C.**; NEVES, D. P.; MAIA, A. B.; COSTA, A. M.; GALVAO, E.; LINHARES, E.; TELO, F.; SILVA, I. M.; QUINTANS, M. T. D.; IAMAMOTO, M. V.; BRAGA, R.; TEIXEIRA, M. A. S. . Conflitos e repressão no campo. In: Alvaro Machado Caldas; Eny Raimundo Moreira; Geraldo Candido da Silva; João Ricardo Dornelles; Rosa Maria Cardoso da Cunha; Vera Ligia Saavedra Durão. (Org.). **Comissão da Verdade do Rio - Relatório**. 1 ed. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015, V. 1.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Processos e Transformações no Litoral Sul Fluminense (texto de 1983) In. Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro em Uncategorized, 2010. <https://aarj.wordpress.com/2010/10/31/texto-processos-e-transformacoes-no-litoral-sul-fluminense-maria-emilia-lisboa-pacheco/>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

PESSOA, T.C. Os Souza Breves e o tráfico ilegal de africanos no Litoral Sul Fluminense. In: Hebe Mattos. (Org.). **Diáspora Negra e Lugares de Memória**: a história oculta das propriedades voltadas para o tráfico clandestino de escravos para o Brasil Imperial. 1 ed. Niterói: Editora da UFF, 2013, v. 1, p. 9-34.

SILVA. M. R. **Mulangos e Mulangas registram a possibilidade de uma reflexão teológica afro-americana**. Centro Atabaque Teologia e Cultura Negra. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). São Paulo, 2014.

ROCHA, José Geraldo da. **Teologia e Negritude**: Um Estudo Sobre os Agentes de Pastoral Negros. 1. ed. Santa Maria-RS: Pallotti, 1998.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A modernização Autoritária: Do Golpe Militar à redemocratização do Brasil 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9 edição. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

THOMPSON, E.P. Folclore, antropologia e história social. In: THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

## Entrevistas

CONCEIÇÃO, Valentin. **Relatos sobre a trajetória da diocese de Itaguaí**. [Julho de 2011] Entrevista concedida para o grupo de pesquisa da diocese de Itaguaí. Rio de Janeiro. Entrevista concedida para a pesquisa.

MORAES, Manoel. **Relatos sobre a trajetória da diocese de Itaguaí**. [Julho de 2011] Entrevista concedida para o grupo de pesquisa da diocese de Itaguaí. Rio de Janeiro. Entrevista concedida para a pesquisa.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Afoxés 163, 164, 166, 167, 169, 170, 173, 174

Amazônia Maranhense 107, 108

Assédio Sexual 1, 2, 3, 7, 8, 15, 16

### B

Belle Époque 37, 38, 43, 44, 161

Brasil 2, 7, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 36, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 61, 65, 72, 73, 74, 76, 78, 81, 85, 89, 92, 93, 109, 114, 119, 120, 122, 124, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 163, 165, 173, 175, 182, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 195, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 220, 221, 230, 231, 233, 255, 265, 266, 269, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297

### C

Camponeses 93, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 127

Comunidades 79, 80, 86, 87, 88, 89, 94, 95, 99, 101, 103, 107, 109, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 184

Cura 145, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 162

### D

Decolonial 79, 80, 81, 84, 90, 91, 93

Diocese 77, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 177, 178, 180, 186

Ditadura Militar Brasileira 263, 297

### E

Educação Infantil 31, 32

Ensino de História 298

Escolas 1, 3, 7, 12, 14, 15, 16, 20, 25, 81, 87, 119, 146, 147, 166, 184, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 282

Esquerda 113, 280, 288, 289, 291, 294, 295, 296, 297

Estudo de Caso 1, 3, 31, 32, 35, 126

Exposed 1, 2, 3, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 94

### F

Federações Camponesas 94

Feminismo 31, 32, 33, 34, 35, 36, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93

## **G**

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 44, 46, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 217, 265, 298

Geografia 76, 107, 115, 116, 118, 187, 298

## **H**

História 1, 7, 17, 28, 29, 30, 32, 36, 37, 38, 44, 45, 46, 52, 53, 54, 77, 78, 79, 81, 87, 90, 91, 92, 93, 105, 107, 110, 114, 118, 119, 124, 130, 131, 132, 136, 152, 154, 155, 162, 163, 165, 167, 168, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 194, 203, 205, 206, 207, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 242, 255, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 270, 271, 273, 274, 275, 281, 282, 283, 287, 288, 289, 297, 298

## **I**

Indígenas 55, 56, 59, 60, 68, 72, 74, 75, 76, 80, 83, 89, 90, 107, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 123, 127, 132, 134, 136, 139, 140, 141, 169, 170, 171, 173, 180

Insurgência 132, 141

## **L**

Luta pela Terra 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 91, 92, 103, 120, 121, 123, 125, 128, 129, 130

## **M**

Medicina 24, 27, 28, 55, 76, 107, 156, 157, 158, 159, 161, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Memórias 113, 131, 167, 182, 189, 206, 208, 216, 263, 266, 267, 269, 272

## **P**

Paradigmas 263, 264

Pentecostalismo 144, 145, 148, 149, 150, 151, 153

Peregrina 219, 224, 227

## **Q**

Quilombolas 80, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 123, 125

## **R**

Religião 48, 72, 88, 118, 120, 130, 131, 133, 135, 137, 140, 142, 144, 148, 151, 152, 153, 172, 173, 175, 220, 222, 226

Religiosidade 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 167, 169, 171, 173, 176, 219, 222, 225

Repentista 204, 205, 206, 214, 216

Representações 37, 38, 44, 54, 78, 80, 112, 154, 161, 163, 164, 165, 168, 169, 173, 174,

175, 177, 182, 185, 204, 219, 229, 276, 278, 280

Retratos Fotográficos 37, 38, 39, 43, 44

## **S**

Sala de Aula 1, 2, 3, 7, 10, 12, 14, 15, 31, 205

Saúde 1, 7, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 100, 107, 147, 156, 158, 159, 161, 187, 189, 190, 191, 192, 196, 203, 211, 284

Sexualidade 3, 4, 6, 7, 15, 32, 33, 45, 47, 48, 50, 53, 54, 76, 78, 81, 83, 84, 91, 92

Sociedade Colonial 45, 52

## **V**

Vida Pública 126, 173, 231

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 @atenaeditora  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# **Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 4**